ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE CURRÍCULO, ENTRAVES E POSSIBILIDADES

Tiago Costa de Matos [1]
Raquel Melo de Assis [2]
Joelson de Sousa Morais[3]

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo, carregado de tecnologias cada vez mais autônomas, necessita de programas de formação universitária que viabilizem a constituição de profissionais atentos a tal processo evolutivo.

Neste sentido, a Educação à Distância (EAD) surge como uma nova possibilidade para a ascensão, em especial da classe menos favorecida, ao tão disputado curso superior. Porém, ela traz consigo a necessidade de um comprometimento por parte dos professores/tutores envolvidos, no sentido de desenvolver uma prática social significativa àqueles que se propõem enquanto discentes, evitando assim um processo de "modernização cosmética", em nada contribuindo para a dinâmica de ensino e aprendizagem, conforme atesta Ferreira (2000): "Isso a ninguém serve, exceto aos empreendedores espertalhões com suas escolas caça-níqueis ou governos mal-intencionados".

No Brasil, a busca por ensino superior de qualidade e abrangente, já é previsto desde a Constituição de 1988, a qual determina que a educação é dever do Estado e deve ser efetivada mediante o "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa, da criação artística, segundo a capacidade de cada um"[4]. Todavia, vem sendo observado um

[1] Mestrando em Educação (PPGEPE) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz-MA, tiagocosta84@outlook.com;
[2] Mestre em Políticas Públicas plea Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus São Luís-MA, raquelmelodeassis02@gmail.com;
[3] Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto do Curso de Pedagogia da UFMA/Campus Codó e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)/UFMA, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE)/UFMA - Campus Imperatriz-MA e do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPEEB)/UFMA-Campus Codó. E-mail: joelson.morais@ufma.br
[4] Art. 208, inciso V.

descompasso entre a expansão do Ensino Médio e a disponibilidade de vagas no Ensino Superior.

Ainda que iniciativas governamentais tenham sido tomadas no sentido de atenuar tais problemas, como a implantação do PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Financiamento Estudantil), que inserem neste contexto as instituições particulares, a Universidade Pública ainda resguarda consigo a tradição de ser um celeiro de grande produção intelectual de excelência.

Porém, para além da disponibilidade de vagas, a falta de tempo em função das demandas laborais que atinge boa parte dos pretensos universitários, faz com que a EAD se torne uma alternativa para a democratização do Ensino Superior no Brasil, sedimentando assim os preceitos da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), dentre os quais "a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social" (Brasil, 1996).

Tal situação foi impulsionada com a eclosão da pandemia da COVID-19, momento em que houve a necessidade de se buscar alternativas que pudessem assegurar o processo de ensino-aprendizagem de modo remoto. Para tanto, alunos e, especialmente professores, tiveram que absorver para si um novo perfil profissional.

> Algumas características indispensáveis para um profissional atuar nesse ambiente são: flexibilidade, gestão do tempo, liderança remota, autonomia, resiliência, empatia, atenção plena, inteligência emocional, entre outras. Diante disso, os sistemas educacionais devem estabelecer estratégias que desenvolvam essas características nos estudantes, preferencialmente nos diferentes níveis de ensino. (Mandadori, 2023)

Mesmo com o recrudescimento da pandemia, o cenário que foi posto não teve mais retorno, visto que as pessoas com mais tempo em casa buscaram, na internet, um meio de entretenimento e, sobretudo, de melhorar seu perfil profissional, culminando assim na maior demanda por cursos de nível superior.

Assim sendo, esta pesquisa propõe um estudo crítico do documento "Análise: ensino a distância na educação básica frente a pandemia da COVID-19", elaborado pela organização "Todos pela educação", mais precisamente em sua nota técnica 2 que trata sobre a mitigação das condições heterogêneas de acesso e diferentes efeitos e soluções da educação a distância, tecendo um paralelo entre as ideias já consagradas por Lopes e Macedo (2011) e Michael Apple (2001), avaliando suas aproximações e suas

incongruências e como tais características podem impactar na qualidade do ensino e aprendizagem.

Para além, será feita uma revisão bibliográfica considerando artigos científicos publicados por Belonni (2002) e Ferreira (2000) que retratam o advento da educação a distância no Brasil, seus avanços e contradições quanto ao rendimento de professores e alunos.

Importante destacar que o "Todos pela educação" trata-se de uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural e suprapartidária, fundada em 2006, com foco na melhoria da Educação Básica no Brasil. De acordo com o constante na nota técnica publicada em abril/2020[5] "(...) desenvolvemos ações visando ampliar o senso de urgência para a necessidade de mudanças na educação (...). Além disso, monitoramos crítica e continuamente os indicadores e as políticas educacionais do país.".

Tal monitoramento tem fundamental importância quando da eclosão da pandemia da COVID-19 que culmina na interrupção das aulas presenciais, tanto na esfera particular, quanto pública, na tentativa de frear a disseminação do novo coronavírus, através de medidas de distanciamento social, expondo as grandes fragilidades do cenário educacional brasileiro, sobretudo quanto a utilização do ensino remoto.

Todavia, o documento em epígrafe aborda o tema sob um viés propositivo, reconhecendo o cenário sem precedentes, demandando tomada de decisões rápidas sobre questões inéditas e de alta complexidade, evitando assim uma leitura meramente comparativa entre "aulas presenciais" e "aulas a distância", focando a discussão na dicotomia "aulas a distância" e "não realização de aulas".

Desse modo, a nota técnica é enfática ao destacar que a omissão do poder público sob o argumento de que não é possível chegar em todos, sobretudo analisando-se as disparidades socioeconômicas do Brasil, tende a exacerbar a segregação social no âmbito da educação do país, materializando-se a partir do acesso diferenciado:

- a internet;
- a dispositivos de acesso a internet (celular e computador);
- a TV nos domicílios.

[5] Disponível em: https://www.sinesp.org.br/images/2020/Abril2020/Nota_Tecnica_Todos_Pela_Educacao.pdf. Acesso em 30/01/2026.

Para mitigar tal problemática, o movimento “Todos pela educação” defendeu a necessidade da elaboração de medidas por parte do poder público que pudessem atingir os estudantes oriundos das famílias mais pobres, através da expansão do acesso aos recursos tecnológicos e, principalmente, o desenvolvimento estratégias de ensino a distância sem a exigência do uso de tecnologia, como o envio de materiais impressos e orientações às famílias que pudessem estimular a participação de crianças e jovens, numa tentativa de reduzir ao máximo a ampliação das desigualdades educacionais.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo geral entender como as diretrizes adotadas pelo movimento “Todos pela educação”, mais precisamente em sua nota técnica nº 02, relacionam-se com os escritos mais consagrados referente a teoria do currículo no Brasil e seus impactos na atuação docente e no aproveitamento dos estudantes.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, de caráter exploratório, tendo como estratégia metodológica a combinação de revisão bibliográfica e estudo de caso documental, abordagens que se complementam na medida em que a primeira fornece o arcabouço teórico sobre currículo e Educação a Distância (EAD), e a segunda possibilita a análise aprofundada de um documento específico, tomado como unidade empírica de investigação.

O corpus desta investigação é constituído por: (1) a Nota Técnica nº 2 do movimento "Todos Pela Educação" (2020); (2) dados secundários da Pesquisa TIC Domicílios (CETIC, 2018a), utilizados como evidência empírica complementar sobre acesso a recursos tecnológicos por classe social; e (3) produção bibliográfica consagrada sobre teoria do currículo e EAD no Brasil.

Foram priorizados autores de referência no campo da teoria curricular e da EAD no Brasil, notadamente Belloni (2002), Ferreira (2000), Apple (2001) e Lopes e Macedo (2011), cujas obras constituem marcos teóricos amplamente reconhecidos na literatura educacional. Essa etapa teve por objetivo a familiarização com o problema de pesquisa e a sistematização de categorias conceituais (Gil, 2002) que fundamentassem a análise subsequente.

A análise foi conduzida de forma comparativa e interpretativa, buscando identificar aproximações e distanciamentos entre as diretrizes propositivas da Nota Técnica e os pressupostos teóricos da perspectiva crítica do currículo, sobretudo no que

ISSN: 2358-8829

concerne à reprodução das desigualdades sociais por meio da escola (Apple, 2001) e à função seletiva dos códigos curriculares (Lopes; Macedo, 2011). Buscou-se, assim, avaliar em que medida as propostas de mitigação da desigualdade educacional, apresentadas pelo documento, dialogam — ou não — com a tradição teórica crítica do campo curricular brasileiro.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, o acesso à educação de qualidade e abrangente já é previsto desde a Constituição de 1988, a qual determina que a educação é dever do Estado e deve ser efetivada mediante o "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa, da criação artística, segundo a capacidade de cada um" (Brasil, 1988, Art. 208, § V). Todavia, vem sendo observado um descompasso entre a expansão da Educação Básica e a disponibilidade de vagas no Ensino Superior.

Ainda que iniciativas governamentais tenham sido tomadas no sentido de atenuar tais problemas, como a implantação do PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Financiamento Estudantil), que inserem neste contexto as instituições particulares, a Universidade Pública ainda resguarda consigo a tradição de ser um celeiro de grande produção intelectual de excelência.

Porém, para além da disponibilidade de vagas, a falta de tempo em função das demandas laborais que atinge boa parte dos pretensos universitários, faz com que a EAD se torne uma alternativa para a democratização do Ensino Superior no Brasil, sedimentando assim os preceitos da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), dentre os quais "a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social".

Quanto ao currículo, o documento em análise tece considerações a respeito de um modelo de ensino que tende a ser mais efetivo à parcela dos estudantes que já possuem bom desempenho escolar, para os demais surge apenas como reforço.

Neste sentido, o texto se aproxima da concepção defendida por Apple (2001) quando problematiza a função da escola enquanto fomentadora da progressão dos alunos, mas ao mesmo tempo selecionam o tipo de pessoa que deve progredir, ideia corroborada

ISSN: 2358-8829

por Belonni (2002) afirmando que as desigualdades sociais tendem a se agravar pelo avanço tecnológico.

No mesmo compasso, Lopes e Macedo (2011) também discutem a escola enquanto operadora de códigos que atendem apenas às classes médias, dificultando a escolarização das classes populares e, sobretudo, naturalizando seu caráter de classe.

No que tange ao acesso aos recursos tecnológicos, mais precisamente a internet, o documento pontua, através de pesquisa publicada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), que 67% dos domicílios brasileiros estão conectados. Todavia, há uma estratificação quanto a este percentual, analisando-se as classes sociais de "A" a "E" em ordem decrescente, sendo 94% aos primeiros e apenas 40% em relação aos últimos (CETIC, 2018a).

Outro ponto a destacar refere-se ao dispositivo de acesso à internet, despontando como o mais utilizado pelos brasileiros o celular. Porém, mais uma vez, a disparidade entre classes sociais faz-se presente, uma vez que este já está presente em 93% dos domicílios, sendo que na classe A aparece com 100% de abrangência, enquanto a classe E responde por 84%. A situação torna-se mais grave ao analisarmos a incidência de computadores, estes presentes em apenas 42% dos domicílios, estando a classe E representada simplesmente por 9%. (CETIC, 2018a)

Tal raciocínio vai ao encontro da constatação de Belonni (2002) quando enfatiza que em países periféricos como o Brasil, a democratização do acesso aos recursos tecnológicos com vistas a diminuição das desigualdades sociais é precedida pelas escolhas políticas da sociedade, concebendo a educação e a comunicação como meios de emancipação e não de dominação e exclusão.

Sob esta ótica, Lopes e Macedo (2011) abordam a ideia das escolas enquanto instituições determinadas, vinculadas às necessidades da sociedade, em detrimento de ações e resultados significativos, conclusão embasada por Apple (2001) que pontua a reprodução de uma ordem social estratificada, persistindo na desigualdade no que concerne a classe, gênero e raça.

A partir das verificações cruzadas, observa-se que os anseios da sociedade em geral por educação de qualidade e maior acesso aos recursos tecnológicos que possam viabilizá-la perpassa pela constante organização da sociedade civil, que deve persegui-los a partir de sua participação ativa perante as discussões políticas, pautando-se não à

ISSN: 2358-8829

mera sorte, mas à coragem que, na visão de Cortella (2018) é uma força de caráter organizado que resulta em ações conscientes e eficazes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das verificações cruzadas, observa-se que os anseios da sociedade em geral por educação de qualidade e maior acesso aos recursos tecnológicos que possam viabilizá-la perpassa pela constante organização da sociedade civil, que deve persegui-los a partir de sua participação ativa perante as discussões políticas, pautando-se não à mera sorte, mas à coragem que, na visão de Cortella (2018), é uma força de caráter organizado que resulta em ações conscientes e eficazes.

Logo, por mais que a EAD no Brasil tenha se popularizado e que esta demande uma maior responsabilidade por parte do aluno, é importante frisar que os tradicionais debates quanto a qualificação docente, precisam ser ainda mais aprofundados, na medida em que esta nova modalidade requer profissionais mais atentos à dinâmica das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), ou seja, necessitam de um processo de ressignificação.

Urge, portanto, a necessidade de um entendimento pleno de como a EAD possa se tornar uma ferramenta de democratização do ensino, corroborando com a ideia difundida por Ferreira (2000) de que tal questão não se resume apenas a aplicação técnica e burocrática de sofisticados sistemas de comunicação, mas como uma prática social significativa, pautada na busca da autonomia, do respeito à liberdade e da razão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A plena dinamização da EAD no Brasil, tendo em vista suas disparidades socioeconômicas em nível regional, requer a democratização do acesso aos recursos tecnológicos. Todavia, paralelo a tal movimento, é de suma importância a adoção de programas de qualificação dos profissionais da educação que possa fazer emergir equipes especializadas no trato com esta modalidade de ensino, evitando a configuração de um processo industrializado e massificante.

As pesquisas acadêmicas, já entendem a EAD como uma possibilidade da democratização do conhecimento, rompendo barreiras geográficas, e disponibilizando-o

àqueles que se dispuserem a absorvê-lo, mas ainda persiste a fragilidade de bases teóricas, resultando em projetos de cunho empresarial.

Logo, é preciso entender e fazer entender que processos de formação, inicial e continuada, precisam estar alinhados às novas demandas do mercado de trabalho, sobretudo no que concerne ao advento das TICs, viabilizando assim a configuração da EAD, porém isto deve ser discutido e efetivado sem perder de vista a formação do cidadão crítico e criativo, que pensa e transforma o mundo ao seu redor.

Palavras-chave: Educação a distância; currículo emancipador; democratização do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANÁLISE: **Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da COVID-19**. Disponível em: https://www.sinesp.org.br/images/2020/Abril2020/Nota_Tecnica_Todos_Pela_Educacao.pdf. Acesso em 30/01/2026.

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. 6ª ed. Porto – Portugal: Porto editora, 2001.

BANCO MUNDIAL (2020b). **Remote Learning and COVID-19**: The use of educational technologies at scale across an education system as a result of massive school closings in response to the COVID-19 pandemic to enable distance education and online learning. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/160271637074230077/pdf/Remote-Learning-During-COVID-19-Lessons-from-Today-Principles-for-Tomorrow.pdf. Acesso em 30/01/2026.

BANERJEE, A., COLE, S., DUFLO, E. e LINDEN, L. (2007). **Remedying Education**: Evidence From Randomized Experiments in India. The Quarterly Journal of Economics 122(3). Disponível em: https://www.nber.org/papers/w11904. Acesso em 01/02/2026.

BELONNI, Maria Luiza. **Ensaio sobre a educação a distância no Brasil**. *Educ. Soc.* [online]. 2002, vol. 23, n. 78, pp. 117-142. ISSN 1678-4626. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200008 . Acesso em 30.01.2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 20/12/1996. Disponibilidade em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 30/01/2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CETIC (2018a). **Pesquisa TIC Domicílios 2018**. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Disponível em: https://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2018/. Acesso em: 01/02/2026.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A sorte segue a coragem**. 1ª ed. São Paulo: Planeta, 2018.

FERREIRA, Ruy. **A internet como ambiente da Educação à Distância na Formação Continuada de Professores**. Universidade Federal de Mato Grosso. Dissertação de Mestrado: Cuiabá, 2000. In: http://cev.ucb.br/qq/ruy_ferreira/tese.htm. Acesso em 30/01/2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.